

Não. Queremos Direitos e Democracia para a Vida

(Percepções sobre a Realidade e as Lutas)

Carlos Alberto Gonçalves, Glória Tavares, Patrick Veiga e Júlio Câmara, Laura Verrastro e Paulo Brack, Ricardo Souza, Ana Pereira, Rui Muniz

O mundo atravessa uma onda massiva de transformação de direitos em mercadorias privadas, onde elementos internacionais atuam nessa conjuntura como o posicionamento da China enquanto potência mundial, o neocolonialismo instalado nos países periféricos às economias dominantes da América do Norte e Europa, a crise do *Subprime* em 2008, a financeirização da economia impostas pelo Banco de Compensações Internacionais - BIC e Fundo Monetário Internacional - FMI, a direitização da política (Processo do Brexit, Política de Trump, recolonização dos países explorados...), revolução tecnológica, entre outros.

No Brasil, os últimos dois governos, nessa direção, adotaram políticas como o Teto dos Gastos (EC95), Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência, Terceirização em Massa, Reforma do Ensino e as mudanças na Constituição Federal a partir de PECs (economia, direitos...), adequando-se a essa visão globalizada e alterando estrutura e funções do Estado. Na sequência, instalou-se o governo fascista de Bolsonaro, regressivo e autoritário. Suas políticas econômicas - cambial, fiscal e monetária, estão sendo ajustadas para garantir o enquadramento do Brasil às políticas do FMI e BIC e garantir o financismo e o pagamento de juros e serviços da Dívida Pública.

A Democracia e os Direitos

A experiência democrática do Brasil está sendo destruída pelos poderes do Estado – Executivo, Congresso e Judiciário, que operam no Estado de Direito para as elites, para grupos de interesses, oligarquias, igrejas, maçonaria e banqueiros. As milícias matam como nunca nas periferias das grandes cidades, ampliando o genocídio da juventude negra; entregam terras públicas nas cidades e no campo para empreendedores, os ambientalistas são acusados de crimes que não cometeram e adolescentes são assassinados. A execução dos povos das florestas, indígenas e agricultores por parte de jagunços e das polícias que se convertem em milícias, tornou-se uma prática, como se fosse parte da normalidade.

Quanto aos Direitos do Povo, a agenda de reestruturação do Estado colocada pelo Governo, como o Future-se 3, que está em Consulta Pública e irá para o Congresso da forma como foi concebido, destrói as Instituições Federais de Ensino em sua publicidade e autonomia, pelo modelo proposto de financiamento e por tornar essas Instituições em objetos de Mercado, sendo que atingirá não só Servidores mas o Povo em geral, assim como as PECs que também terão função de destruição do Estado garantidor da Saúde, Educação, Emprego, Habitação e Saneamento.

A PEC Emergencial, com previsão de votação pelo Senado em fevereiro de 2020, prevê o corte de até 25% da jornada e do salário de Servidores Públicos, proibindo a realização de concursos públicos e a progressão na carreira, o que comprometerá o atendimento às funções desempenhadas e a vida de trabalhadoras e trabalhadores. A PEC Tributária, sustentada no relatório Doing Business 2019, do Banco Mundial, busca reduzir impostos para as empresas brasileiras que, conforme a análise de governistas, a proposta de reforma tributária em análise no Senado (PEC 110/2019) pode aumentar a participação dos municípios na distribuição dos tributos, a PEC 45/2019, em tramitação na Câmara, garantindo maior flexibilidade para que os estados possam obter equilíbrio em suas contas; mas, na verdade, essa PEC desobriga as vinculações constitucionais de investimento em áreas estratégicas como educação e saúde, por exemplo, comprometendo as funções de Estado vinculadas ao Povo e deixando para os "gestores públicos" as escolhas de investimentos, taxações e benefícios fiscais. Como defende o Ministro da Economia, quer a desvinculação total do orçamento público (100%). Quanto à PEC dos Fundos, que o governo queria aprovada ainda em 2019, colocam em risco Fundos

garantidores de funções estratégicas como o FUNDEB, que poderão ser extintos, sendo que os valores relativos a esses seriam repassados aos entes federados para uso indiscriminado. Mais que isso, a proposta prevê que o superávit financeiro das fontes de recursos dos fundos públicos, apurados ao final de cada exercício, seja destinado à amortização da dívida pública do respectivo ente, ou seja, irão para compor os lucros dos banqueiros.

Mas também há as Reformas Administrativa, Sindical e Trabalhista, que também estão na agenda do primeiro semestre. Na Administrativa, as justificativas principais são as crises econômicas e financeiras e o Estado inchado e ineficiente, tendo por opção a descentralização do Estado em sua estrutura, redução dos gastos do governo em sua política de superavit e redução do tamanho e funções do Estado. Assim, o governo de Bolsonaro quer "reduzir os gastos com Servidores Públicos" e "flexibilizar as regras de contratação de novos servidores públicos", com "terceirização, contratação de celetistas e de funcionários temporários via concurso". Alinhado a essa visão, a extinção de Cargos e a proibição de concursos públicos publicada no final de 2019 destroem Relação de Trabalho, Carreira, Garantia de Emprego, Salários Isonômicos, entre outros, sendo que esses direitos extintos nos Serviços Públicos comprometerão as funções desempenhadas. Conforme o DIAP, a proposta que está sendo enviada pelo governo ao Congresso pretende: 1) eliminar o RJU (Regime Jurídico Único); 2) acabar com a estabilidade do servidor; 3) extinguir a garantia de irredutibilidade salarial; 4) permitir a redução de salário e de jornada; 5) ampliar o estágio probatório; 6) reduzir o salário de ingresso no serviço público; 7) proibir as progressões e promoções automáticas; 8) ampliar o tempo de permanência na carreira; e 9) criar carreirão transversal, cujos servidores serão contratados pela CLT e distribuídos para os órgãos governamentais.

A proposta de Reforma Sindical, por sua vez, buscará certamente reduzir a força de trabalhadores eliminando a unicidade sindical e a capacidade de representação, ampliando a liberalidade de organização dos sindicatos, limitação da representação sindical aos associados e regulação por regras mínimas de criação e funcionamento. Com isso, buscará a pulverização de sindicatos como pela liberação de sindicatos por empresa, na proposta de adequar o sindicalismo brasileiro à legislação trabalhista, modificada recentemente pela desregulamentadora reforma trabalhista, que institucionalizou o emprego como interesse de produção e não dos trabalhadores.

A gravidade do momento, graças ao aprofundamento das rupturas antidemocráticas proporcionadas pelo andar de cima do governo, pelos Donos do Poder - capitalistas, conservadores, fascistas e liberais, coloca o Brasil com uma composição em seu núcleo de poder exclusiva de militares, na forma tradicional como os golpes da direita sempre terminam por se desvendar. Por último, além da Casa Civil, outros três ministérios instalados no Palácio do Planalto foram ocupados por militares: Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Geral da Presidência e a Secretaria de Governo.

Necessitamos nos alinhar a todas as movimentações propostas dentro e fora das nossas Instituições de Ensino, como ações de trabalhadores, estudantes, desempregados, ecologistas, mulheres, negras e negros, índias e índios, todas e todos aqueles que defendem o Estado Democrático e funções públicas do Estado Brasileiro. Não nos esqueçamos, ainda, que teremos de combater as políticas de destruição do SUS, maior política pública para a saúde em nível mundial, as restrições orçamentárias e a destruição das estruturas de sustentação da Vida, do Povo e da Ecologia.

*Fica evidente que, em tempos de autoritarismo, **nenhum silêncio é inocente e toda omissão é ação**. Esta é a escolha posta para os brasileiros em 2020. Diante do avanço autoritário liderado pelo antidemocrata de ultradireita Jair Bolsonaro, que está corroendo a justiça, destruindo a Amazônia, estimulando o assassinato de ativistas e roubando o futuro das novas gerações, cada um terá que se haver consigo mesmo e escolher seu caminho. 2020 é o ano em que saberemos quem somos e quem é cada um. Eliane Brum, El País. 01/janeiro/2020*

PARA NÃO DIZER QUE NÃO FALAMOS DE PARASITAS - Carlos Alberto Gonçalves

Não se pode fazer uma análise do cenário político-econômico do Brasil ignorando o que está acontecendo no mundo, com a globalização financeira e a revolução tecnológica em expansão desde a década de 1980. No entanto, esses fenômenos não podem ser entendidos como as mudanças meteorológicas, incontrolláveis, as quais só temos que nos adaptar. Historicamente, o Brasil assumiu o papel de coadjuvante no mercado mundial – submetido aos interesses do comércio internacional desde a primitiva exportação do pau-brasil (que batizou o País) até o agronegócio, dourado pela mídia. Tecnicamente, por força da siderurgia e mais tarde do petróleo, a “revolução” da década 1930 até impulsionou uma economia soberana, rapidamente capitulada para exportar esses produtos. E a tal “burguesia nacional” foi nuvem passageira. Aliás, a emenda constitucional (EC 6) de 1995, que revogou o artigo 171 da Constituição Federal de 1988, sepultou o conceito de empresa nacional. Reparem que, embora passageira, foi iniciativa do Estado produzir aço e óleo diesel para alimentar os setores agroindustriais e mesmo setores de serviço. Foi o Estado, mais especificamente, foram as empresas estatais que geraram aço e óleo, muitas vezes em cooperação com universidades e outras instituições públicas de pesquisa. Num mundo ideal, o Estado tem essa função de organizar e distribuir os recursos de acordo com as necessidades de toda sociedade. Os trabalhadores que executam o serviço do Estado são os funcionários públicos concursados – educadores, médicos, engenheiros, etc.

Nos países capitalistas tecnologicamente “desenvolvidos”, o percentual de funcionários públicos varia de 6 a 30% em relação à população. Por exemplo, é de 6% no Japão, 30% na Noruega e 15% nos Estados Unidos da América. Já no Brasil, esse número é de 1,6%, muito aquém do número de funcionários necessários para um bom serviço público de saúde ou educação.

Ao longo do século 20, criamos empresas estatais no Brasil com recursos públicos, mas pela pressão internacional do Capital, estamos vendendo essas empresas a preço de banana (de quando a banana ainda era barata). Reduzimos os investimentos em saúde e educação com a EC 95. Empurram-nos goela abaixo que precisamos diminuir o “peso” do Estado. Desassistimos deliberadamente a maioria da população. Tudo isso em nome de uma sociedade planejada por investidores, onde o mercado, de maneira justa (dizem eles), regula as necessidades. Um mercado onde todos somos, supostamente, produtores e consumidores.

Caminhamos para uma situação dramática. E a crise vai ser mais profunda que no Chile (que aliás sumiu da mídia. Por quê?). Hoje, temos uma indústria pequena (para nossa dimensão) e extremamente dependente do ponto de vista tecnológico. Ela se desenvolveu pouco e o processo de *desindustrialização* nacional avança diariamente, sob aplauso dos rentistas. Embora pareça absurdo, a indústria brasileira do século 21 é menos competitiva que a do século 20. A massa de desempregados cresce. A mídia camufla os dados, onde ex-operário da indústria é agora dono de uma entregadora de pizza. Temos mais “empreendedores” no Brasil que nos Estados Unidos. Os trabalhadores empregados majoritariamente (cerca de 80%) estão no setor de serviços. Os trabalhadores empregados da indústria são somente 20%. Com as reformas da previdência e a recente reforma trabalhista, tivemos um retrocesso secular nos direitos sociais conquistados.

Sendo assim, podemos dizer que somos, de fato, uma massa de trabalhadores, predominantemente *serviçais* (sem o demérito que o nome carrega em nossa cultura); fazemos todo trabalho com contratos frágeis, sem garantia de saúde, educação e porvir; somos consumidores de produtos e sonhos alheios; temos o enorme fardo de sustentar os investidores, que ao contrário de nós, em nada foram afetados pela EC95, que limitou os gastos públicos com educação e saúde.

Para quem gosta de ver o País como um enorme organismo vivo, poderíamos metaforicamente dizer que somos um hospedeiro tentado sobreviver num meio adverso. E como hospedeiros abrigamos elementos infestantes (os investidores) que sugam grande parte da nossa energia (quase 50% do orçamento do Estado). Esses parasitas hoje infestam ativamente o Estado brasileiro. Não devemos esperar que somente os operários ou trabalhadores do campo devam vir para rua para dizer qual rumo precisamos tomar, até por que eles já não são a maioria da massa trabalhadora. E essa é uma tarefa de todos. De todas as células vivas.

REGIMES ANTIDEMOCRÁTICOS: RESISTÊNCIA E LUTA - Gloria Tavares de Souza

Estamos em uma conjuntura nada favorável, para quem busca a igualdade de direitos para todos, independente de classe social, cor, gênero e identidade ideológica. O mercado financeiro está ditando as regras para os países emergentes, principalmente na América Latina, que está sob ataque direto dos Bancos Europeus e Norte Americanos. A Reforma Trabalhista completou 2 anos e não gerou mais empregos, ao contrário, o desemprego atinge 12,4 milhões de pessoas em setembro de 2019, e a informalidade é recorde. As Reformas do desgoverno Temer em 2018, promoveram a precarização do trabalho para a maioria de jovens, que não tem emprego formal, tendo que se submeter aos aplicativos de transporte e de comida - *Uberização*, para gerar renda, porém sem nenhum benefício, como a Previdência Social, Décimo Terceiro Salário, Fundo de Garantia, na verdade as trabalhadoras e os trabalhadores ficaram mais desassistidos e vulneráveis as Relações de Trabalho. A terceirização por outro lado é uma forma de escravatura camuflada, em que a trabalhadora e o trabalhador ficam à mercê da boa vontade do patrão em quanto vai pagar pelas horas trabalhadas e quando vai precisar de seus serviços, tudo dentro das regras legais, como normalmente, só um lado ganha. Neste mesmo viés, as estatísticas de criminalidade contra os mais excluídos socialmente aumentaram vertiginosamente, em pouco tempo.

A diminuição do Estado nos Regimes Antidemocráticos, como é o caso do Brasil, provoca o aumento da desigualdade, a privatização dos serviços públicos, restringindo o acesso à saúde, educação, saneamento básico, infraestrutura e moradia para quem mais necessita. Além das privatizações, o Brasil está entregando nossos recursos naturais, tais como a água, ouro, prata, nióbio, destruindo o meio ambiente. A Amazônia está se transformando em cultura de soja, milho e rebanhos de gado para exportação, retirando com extrema violência os quilombolas, indígenas, povos originários, pescadores das suas terras de origem, para instalação de grandes mineradoras, do agronegócio e de madeireiros.

Na América Latina, os movimentos de resistência e lutas começaram a eclodir por conta da fome, da pobreza, do desemprego, as das desigualdades sociais regadas a banhos de sangue da violência contra os povos e lideranças populares. Para Amauri Chamorro, o andamento da crise no Equador pode apontar também para o rumo de outros países na região, que poderiam ser influenciados pelo desfecho da crise. “Essa revolta popular no Equador pode ser um divisor de águas concreto do futuro da América Latina. Mais do que a expressão nas urnas da votação massiva que teve Alberto Fernández e o setor progressista na Argentina contra o Macri, essa mobilização no Equador é 100% orgânica, não é de um partido político, apenas da esquerda, dos setores indígenas ou de lideranças específicas. É uma manifestação social massiva de pessoas que saíram de maneira espontânea às ruas e estradas para paralisar o país contra o FMI”, aponta. “Seria a primeira grande manifestação contra um presidente de direita na América Latina que permitiria sua derrubada pela mobilização social. O que Lenín Moreno e as Forças Armadas vêm tentando impedir é que isso aconteça porque seria um ponto importante na história do nosso continente e tenderia a viralizar.”

A crise do Equador foi o pontapé inicial para que outros países se mobilizassem, como é o caso do Chile, que vive uma revolta popular latente, com violência e mortes, para retirar o governo de direita.

No caso do Brasil, que também está sob o comando de um regime de direita/militarizada, não há mobilização suficiente para causar uma revolta popular que barre as medidas antipovo. Quais seriam os motivos para que o povo se mobilize e vá para ruas? O que os sindicatos, movimentos sociais, movimentos de base, políticos progressistas estão fazendo para mudar esse quadro? Teremos que perder todos os benefícios conquistados, com muitas lutas, para entender que temos força para uma revolta popular? Quais são as manobras políticas que estão interessadas em quanto pior melhor, visando as eleições de 2022? Quais são os políticos comprometidos com o povo, e com a erradicação da pobreza, e porque a esquerda os abandonou? Enquanto não houver um estopim para a revolução do povo, ficaremos esperando o que? Ficam os questionamentos.

TEMOS A TAREFA DE FORTALECER OS PROCESSOS DE LUTAS - Patrick Veiga e Júlio Câmara

A crise do capitalismo que explodiu em 2008 segue sem uma solução contundente por parte da burguesia que enfrenta dificuldades para aplicar seus planos de ajustes ao redor do mundo para recuperar a taxa de lucro do capital. Por toda a parte, a conjuntura está marcada por uma guerra social contra os povos: aumento do desemprego para regular os salários para baixo; crescimento do trabalho informal; perda de direitos trabalhistas e previdenciários; privatizações de serviços básicos de saúde, transporte e educação. A burguesia joga a crise criada por eles sobre os ombros dos de baixo.

Para aplicar os planos de ajustes e de guerra aberta contra a classe trabalhadora, os donos do capital apostam nos governos autoritários. O bolsonarismo é a expressão brasileira deste processo. A vitória de Bolsonaro em 2018, que colocou pela primeira vez a extrema direita no poder pela via eleitoral no Brasil, não representou uma derrota histórica contra a classe trabalhadora e o movimento de massas. Prova disso, foram as grandes mobilizações protagonizadas pelas mulheres e pela juventude no ano passado.

Bolsonaro e Paulo Guedes apostam no autoritarismo e no neoliberalismo para a saída da crise. Seus planos estão alinhados com o capital financeiro internacional e com a burguesia nacional: desregulamentação ambiental, flexibilização das leis trabalhistas e privatizações. Guedes, o Ministro parasita, após a Reforma da Previdência, agora avança na proposta de Reforma Administrativa, com o apoio da mídia e do Presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

As privatizações também avançam, como é o caso da Petrobras, enfrentando a resistência dos petroleiros que protagonizaram uma greve heróica neste ano. Infelizmente, a burocracia das maiores centrais sindicais do país não responderam ao processo como deveriam e os petroleiros saíram derrotados.

Embora a burguesia tenha unidade em torno das pautas econômicas do governo, o mesmo não acontece na agenda política e social de Bolsonaro. No ano passado, os ataques à Educação, as declarações racistas, lgbtfóbicas, misóginas e os ataques às instituições democráticas colocaram o governo em uma situação de isolamento político. Para manter sua base de apoio mais radicalizada e convicta, Bolsonaro aposta na polarização. Nos últimos dias, o presidente convocou pessoalmente seus apoiadores para uma manifestação contra o Congresso Federal. Em outras ocasiões, a família Bolsonaro já havia feito declarações contra o STF e publicado vídeos em que o presidente era retratado como o herói nacional perseguido pela mídia e pelas demais instituições democráticas. Eduardo Bolsonaro, ao comentar as manifestações na América Latina, sugeriu que, caso aconteça o mesmo no Brasil, a saída será um novo AI-5. Claramente, Bolsonaro tem pretensões de fechamento do regime político, embora não tenha condições de efetuar-las no momento. É necessária a mais ampla unidade de ação entre os setores democráticos da sociedade para barrar os planos do clã Bolsonaro.

Em 2019, as mulheres e a juventude deram o exemplo. No Dia Internacional das Mulheres, no 14 de março, data do assassinato de Marielle Franco, e no Tsunami da Educação nos dias 15M, 30M e 13A, milhares de pessoas saíram às ruas para denunciar os ataques do governo ao povo. Uma nova agenda de lutas está programada para o início deste ano. No mês de março, as mulheres preparam mais um grande ato feminista em todo o Brasil; no dia 14, precisamos denunciar as relações da família Bolsonaro com as milícias e perguntar: quem mandou matar Marielle?; no dia 18, é greve nacional da educação.

Em todos os lugares temos a tarefa de fortalecer os processos de lutas. Devemos colocar as Entidades que dirigimos à serviço da mobilização permanente e ir somando forças para isolar o governo e passar à ofensiva. Precisamos tomar as ruas para vencer o autoritarismo e o neoliberalismo.

AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E OS DIREITOS SOCIAIS - Laura Verrastro e Paulo Brack

As mudanças climáticas, suas causas e consequências, hoje, refletem a forma de desenvolvimento que se baseia em combustíveis fósseis e na exploração ilimitada da natureza. Além das consequências sobre o meio ambiente, existem implicações sociais que até recentemente eram pouco evidentes. Além de se verificar que as temperaturas anuais da atmosfera terrestre e dos oceanos estão se tornando mais elevadas, a frequência de desastres como inundações, secas prolongadas, incêndios e perdas de culturas agrícolas também estão aumentando. Os mais afetados pelas mudanças climáticas são os mais pobres, como aqueles que vivem em áreas de riscos de desabamento, beira de rios e córregos, ou mesmo aqueles que não têm acesso à água, em quantidade e qualidade. As mudanças climáticas, por sua vez, são resultado de um modelo onde a concentração de riqueza em poucas mãos não tem limite, pressionando cada vez mais a exploração de recursos esgotáveis, com graves consequências sociais. Isto pode ser visto em vários países, como no Chile, onde os conflitos de acesso aos direitos básicos, como a água potável, podem se agravar com a ameaça da privatização das empresas de abastecimento hídrico e de saneamento.

Um aspecto importante a considerar é que o Brasil já teve um papel protagonista nos acordos internacionais de clima e meio ambiente. Hoje, é fato de que o governo federal brasileiro, atualmente alinhado ao governo dos Estados Unidos, não reconhece as Mudanças Climáticas e suas causas antrópicas. Por outro lado, o Brasil possui um papel estratégico no equilíbrio climático global, pela presença da maior floresta tropical, a Amazônia. O avanço do desmatamento na Amazônia se acelerou a partir de 2019, tendo como consequências a alteração da distribuição das chuvas, a perda de biodiversidade, além da perda de direitos e da qualidade de vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais que ali vivem.

Cabe destacar que há um negacionismo oficial relacionado às evidências científicas acerca das mudanças climáticas, o que remete à defesa das instituições científicas que vem alertando para o quadro altamente preocupante ligado ao tema. A crise que deixou isto mais evidente foi a exoneração do então Diretor do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) em agosto de 2019, um cientista renomado que advertiu sobre o desmatamento na Amazônia e suas consequências climáticas.

Para enfretamento das mudanças climáticas no Brasil será necessário o fortalecimento das instituições de pesquisa, rever o modelo energético vinculado aos combustíveis fósseis e garantir um espaço democrático para discussão do tema com incorporação da participação dos movimentos sociais. Hoje, talvez, isto somente seria possível a partir de uma forte pressão internacional sobre o Brasil, que reconheça a retomada dos direitos socioambientais, como condição à manutenção dos acordos comerciais, que garantem a exportação das matérias primas brasileiras.

Parte do freio às mudanças climáticas, em nível mundial, está vinculada à garantia de direitos sociais, à defesa da democracia e à igualdade social. Sem estes elementos, e sem uma mudança de paradigma em relação à acumulação sem limites de capital, como, por exemplo, a incorporação de taxas sobre as grandes fortunas e heranças, visando uma distribuição mais equitativa das riquezas, não existe perspectiva de solução, pelo menos a curto prazo.

PARASITA É O GUEDES E O BOLSONARO: EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO E CONTRA AS REFORMAS NEOLIBERAIS - Ricardo Souza

Recentemente, o Ministro Paulo Guedes anuncia novo pacote de medidas de ajuste fiscal contra o Serviço Público e declara que os servidores públicos são “parasitas”. Esta declaração infeliz reflete como o governo vê uma série de trabalhadores que garantem Saúde, Educação, e demais funções sociais de Estado. Por trás deste discurso reproduzido durante décadas pelos órgãos financeiros e da grande mídia há o aprofundamento do programa neoliberal de desmonte das políticas sociais e de rebaixamento generalizado do valor da força de trabalho, principalmente em países dependentes como o Brasil. Guedes busca na década de 2020 reproduzir o modelo da ditadura militar chilena, laboratório do neoliberalismo com a privatização de todos os serviços e à capitalização da previdência a custo do sangue de milhares de ativistas. O Banco Mundial alega que os salários médios dos servidores estaria acima iniciativa privada, mas omitem o arrocho salarial, o desemprego e a informalidade que cresce nos últimos anos no Brasil dadas as próprias políticas neoliberais por eles receitadas.

Após aprovada a Pec do Teto, a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e a terceirização irrestrita que vem intensificando a precariedade da vida social, a prioridade do governo é atacar os “privilegiados” que ainda mantêm algumas garantias trabalhistas e impor a chamada Reforma Administrativa composta por uma série de PECs e projetos de lei que em resumo imponham:

- a) Redução de 25% dos salários dos atuais servidores, caso haja descumprimento da “Regra de Ouro” (PEC Emergencial).
- b) Extinção ou limitação do direito à estabilidade do servidor público como estratégia de perseguição política e calar mobilizações das categorias, bem como o fim de concursos públicos regidos pelo regime jurídico único;
- c) facilitar a concessão ou privatização de órgãos e empresas públicas (Correios, Dataprev, Petrobrás...)
- d) Redução de salários e supressão de planos de carreira conquistados pelas categorias;

Em fevereiro, com a retomada dos trabalhos legislativos o governo em parceria com os presidentes da Câmara e Senado organizam suas bases parlamentares para aprovar estes pacotes ainda no início do ano, sem prejudicar seus planos para eleições municipais de 2020, portanto fazem de tudo para desmoralizar o funcionalismo, mesmo que em muitos estados estejam com salários parcelados, sem plano de carreira nem adequadas condições de trabalho. Os verdadeiros parasitas são Guedes o clã Bolsonaro e seus aliados, bem como o sistema financeiro que estes defendem que suga metade do orçamento da união com os juros da dívida pública sem auditoria e transparência alguma!

Do nosso lado na luta de classes é hora de aquecer nossas baterias, com a ampla mobilização unitária dos servidores públicos municipais, estaduais e federais bem como o conjunto da população usuária. É fundamental fazer a disputa da consciência geral do povo da importância do existir serviço públicos e gratuitos para a população que já enfrenta condições de vida mais duras. São garis, professores, médicos, enfermeiros, assistentes sociais, policiais, bombeiros, motoristas, cobradores, metroviários, agentes de saúde, Técnicos Administrativos em Educação e uma infinidade de profissionais que atendem demandas sociais. Bem como o direito a estabilidade que é garantia da continuidade dos serviços e não a nomeação política dos governos de plantão.

Os exemplos da resistência vem do próprio Chile que vive um processo de insurreição desde o final do ano passado em que o povo luta por uma Constituinte que contemple direitos para a população, ou ainda na França, onde a greve geral dos trabalhadores, em plena virada de ano derrotou a Reforma da Previdência. Aqui no Brasil ocorre uma série de lutas no setor público contra os pacotes estaduais, greves da Petrobras e do Dataprev, bem como as lutas vitoriosas do Tsunami da Educação e a resistência dos trabalhadores do Imesf e dos rodoviários em Porto Alegre.

Já temos no horizonte o dia 18 de março como greve nacional do serviço público e pontapé inicial para derrotar as reformas neoliberais dos parasitas Guedes e Bolsonaro!

SERÁ QUE CONSEGUIREMOS RESGATAR NOSSA DEMOCRACIA? - Ana Maria Costa Braga Pereira

Mudanças atingiram o mundo todo e levam toda a esquerda a dificuldades. Estamos falando em vão, com formas discursivas que amplos setores da sociedade não prestam mais atenção. Temos que aprender urgentemente como falar com este mundo novo do trabalho nestes tempos de relações sociais em rede. A luta é pela hegemonia. E a luta da hegemonia se faz através de valores.

Segundo Tarso Genro “estamos em numa fase de transição e formulação de uma nova esquerda num momento em que o próprio capitalismo não se reacomodou. As relações pessoais em rede e a fragmentação das relações de trabalho estão em curso. As mudanças continuarão em ritmo acelerado e nós correndo atrás delas.”

A classe trabalhadora está cada vez mais ligada a um trabalho imaterial e submetida à nova organização temporal e espacial. Essa nova realidade não faz parte do discurso dos sindicatos e dos nossos partidos.

Outra novidade na paisagem social brasileira é a força gravitacional das igrejas evangélicas e dos grupos ligados ao crime organizado. Essa capacidade de atração e aglutinação, defende o economista Marcio Pochmann, presidente da Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores (PT), deriva de sua capacidade de fornecer respostas de curto prazo aos problemas cotidianos das pessoas, à falta de perspectiva de futuro pobre de periferias. “Hoje, cerca de 80 milhões de brasileiros frequentam semanalmente assembleias, as assembleias de Deus.” Por volta de 2032, os evangélicos já serão maioria no Brasil.

Quero registrar — mais para aprender no debate do que para convencer — que as mudanças radicais que ocorreram nos últimos 50 anos alteraram não só os padrões de acumulação do capitalismo global, como inutilizaram de maneira dramática as formas tradicionais de luta e de organização sindical, dos partidos democrático-republicanos, social-democratas, comunistas e socialistas em todo o mundo. Eles se tornaram frágeis — com suas demandas do mundo do trabalho, agrário e urbano, os requerimentos das “classes médias” progressistas e dos trabalhadores do setor público — porque a sociedade de classes fragmentou-se e mudou: os conflitos se deslocaram - silenciosa e rapidamente - das relações de produção para a circulação (“mercado”), da tutela cotidiana do trabalho - pelo “patrão” - para a autoridade tecnológica que registra as finalidades cumpridas. Operou-se assim, também, uma revolução no “modo de vida”, na qual a autonomia formal dos indivíduos “livres” subordinou, ainda mais, o trabalho ao capital e as novas tecnologias informacionais. Estas — pregadas aos corpos formalmente autonomizados — diluíram a ética do trabalho coletivo e a cultura coletiva política na “praça”, diluindo as velhas utopias do coletivismo industrial libertário.

Uma preocupação estratégica: e se estivermos todos errados ...14 de dez. de 2019 - Tarso Genro (*).

O problema é o pragmatismo das ações necessárias. Estamos muito distantes, a meu ver, de enxergarmos efetivamente os caminhos a serem percorridos para restabelecer a proximidade com o povo.

UNIDADE POPULAR POR PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA, IGUALDADE E ECOLOGIA - Rui Muniz

A defesa da vida é o elemento fundamental que deve sempre unir a Classe Trabalhadora, portanto nossas lutas estão alinhadas contra as desigualdades, pelo exercício pleno da democracia e por direitos que garantam dignidade e felicidade.

No entanto, vivemos no Brasil diferenças inadmissíveis, diferenças que são resultado de um sistema hipócrita e falido de exploração de muitos para concentração de riquezas para poucos e isso gera a pobreza, misérias absolutas por falta de funções elementares para a vida como saúde, habitação, emprego e a tão necessária educação emancipatória que leva à realização e à harmonia da existência. Essa realidade, para ser mantida, utiliza-se de muitos mecanismos de exercício de poder sobre o povo, como o uso da força por militares e polícias, utilização exploratória das terras e do meio ambiente, adoção de tecnologias e sistemas de gestão excludentes criados para ignorar e controlar as necessidades básicas para a vida.

Nós, que defendemos a vida, não temos alternativas a não ser subverter essa ordem construída para manter as diferenças e, por isso, temos uma identidade libertadora, inclusiva, de construção e respeito coletivos e individuais. Socialismo, Solidariedade, Camaradagem, Democracia e Ecologia são palavras importantes que devemos ter como eixos de defesa em nossas lutas nessa disputa de poder. Lutamos contra abusos, diferenças, injustiças e tudo aquilo que significa opressão e desigualdades.

No Brasil, hoje, vivemos um governo completamente avesso às nossas concepções, que se mostra não democrático, defensor de desigualdades, das mortes por diferenças, e por um sistema que se sustenta na expropriação de direitos e sustentação financeira das elites. É um poder instituído forte, com bases e interesses de autoritários e poderosos, e é contra esses que lutamos, não contra as trabalhadoras e trabalhadores que foram iludidos nos processos eleitorais. Portanto, nossa força só se fará sentir se combinada com duas tarefas fundamentais: conquistar corações e mentes de parte da Classe Trabalhadora e enfrentar os representantes desses poderes instituídos no Brasil de forma enganadora e golpista. Precisamos nos rebelar e construir conjuntamente movimentações que rompam com essa lógica de vida.

E é aqui que estamos e precisamos nos encontrar para construir não só a resistência, mas para fazer o enfrentamento que garantirá nossos Direitos conquistados em anos de luta e transformar essa realidade. Nossas lutas, para tanto, deverão concentrar em quatro grandes linhas de ação: PARTICIPAÇÃO plena do povo nas decisões e ações; DEMOCRACIA política e econômica para todos; IGUALDADE que liberta e possibilita a justiça; e SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA, enquanto modelo de desenvolvimento.

E é por isso que a Unidade Popular hoje é tão importante, para garantir as ações necessárias; é por isso que nossas opções devem se constituir em ambientes de Democracia e de Ações Diretas, condicionantes estratégicos para garantir essa tão necessária hegemonia do povo. A Democracia Direta, enquanto expressão de nossas visões, deverá ser expressão de todas e todos nas Tomadas de Decisões, nas manifestações e votações, sem representações; é o espaço onde os resultados das direções a serem adotadas são a expressão de uma vontade consolidada no coletivo. A Ação Direta, por sua vez, será responsável por desenvolver movimentações de forma coletiva, horizontalmente, atuando nas bases desse sistema insano e desigual que vivemos, sem pedir autorizações para organizar e dialogar nas ruas e praças e para inibir autoritarismos.

Essas tarefas, para serem cumpridas, necessitarão o alinhamento das Forças e Partidos Políticos comprometidos com as necessidades do povo, sem se misturar com suas estratégias eleitorais imediatas, dessa forma referenciando politicamente às organizações que intervêm no Movimento Popular como Centrais Sindicais e Sindicatos, Movimentos Social e Estudantil, Movimentos Autônomos (MTST, MST, MAB, MLB...) e todas e todos que estarão juntas e juntos na defesa de uma sociedade justa e sem desigualdades, unidos em uma grande agenda democrática em defesa de uma Humanidade Socialista, que respeita a Vida.

ARTIGOS SOBRE CONJUNTURA: DO GOLPE DE 2016 AO GOVERNO BOLSONARO

Sobre o Governo Bolsonaro:

- **Vivemos uma crise fabricada e querem convencer que nós somos os responsáveis pela crise econômica**

<http://www.assufrgs.org.br/2019/11/21/vivemos-uma-crise-fabricada-e-querem-convencer-que-nos-somos-os-responsaveis-pela-crise-economica/>

- **As Tarefas do Movimento Socialista na Perspectiva de um Governo Fascista**

<http://www.assufrgs.org.br/2019/01/02/as-tarefas-do-movimento-socialista-na-perspectiva-de-um-governo-fascista/>

Sobre a Universidade Pública e o Programa Future-se:

- **O Papel das Universidades Públicas na Conjuntura de Rupturas de Estado**

<http://www.assufrgs.org.br/2017/04/26/artigo-o-papel-das-universidades-publicas-na-conjuntura-de-rupturas-de-estado/>

- **Comunidade da UFRGS diz NÃO ao Future-se, agora é a vez do CONSUN e administração dizerem NÃO**

<http://www.assufrgs.org.br/2019/08/20/comunidade-da-ufrgs-diz-nao-ao-future-se-agora-e-a-vez-do-consun-e-administracao-dizerem-nao/>

Sobre a Unidade Popular:

- **Artigo: Resistência e Unidade dos Trabalhadores é Tarefa de Todos Nós**

<http://www.assufrgs.org.br/2019/07/16/artigo-resistencia-e-unidade-dos-trabalhadores-e-tarefa-de-todos-nos-por-rui-muniz/>

Sobre a intervenção no Rio de Janeiro:

- **Intervenção militar: última linha do golpe e o enfrentamento social**

<http://www.assufrgs.org.br/2018/03/07/intervencao-militar-ultima-linha-do-golpe-e-o-enfrentamento-social-por-rui-muniz/>

Sobre a Constituição Federal:

- **30 anos da Constituição de 1988**

<http://www.assufrgs.org.br/2018/01/05/artigo-30-anos-da-constituicao-de-1988/>

Sobre Organização Sindical:

- **Lutas e Organizações dos Trabalhadores no Brasil: do Século XIX à Fundação da Intersindical Central da Classe Trabalhadora**

<http://www.assufrgs.org.br/wp-content/uploads/2017/07/Lutas-e-Organiza%C3%A7%C3%B5es-dos-Trabalhadores-no-Brasil.pdf>

Sobre o Golpe de 2016:

- **Os Cenários da Conjuntura de Golpe no Brasil e a Alternativa dos Trabalhadores: Parte 1**

<http://www.assufrgs.org.br/2017/05/29/artigo-os-cenarios-da-conjuntura-de-golpe-no-brasil-e-a-alternativa-dos-trabalhadores-parte-1/>

- Os Cenários da Conjuntura de Golpe no Brasil e a Alternativa dos Trabalhadores: Parte 2

<http://www.assufrgs.org.br/2017/05/31/artigo-os-cenarios-da-conjuntura-de-golpe-no-brasil-e-a-alternativa-dos-trabalhadores-parte-2/>

- Os Cenários da Conjuntura de Golpe no Brasil e a Alternativa dos Trabalhadores: Parte 3

<http://www.assufrgs.org.br/2017/06/22/artigo-os-cenarios-da-conjuntura-de-golpe-no-brasil-e-a-alternativa-dos-trabalhadores-parte-3/>

DOCUMENTOS SUGERIDOS PARA ESTUDO

Diretrizes de gestão de pessoas do Poder Executivo Federal - Ofício circular 2/2019 SGDP/ME

Gestão de Pessoas e Folha de Pagamentos no Setor Público Brasileiro – O que os Dados Dizem? Banco Mundial, 2019

Hora de Reformar o Estado - Armínio Fraga Neto, Ana Carla Abrão Costa e Carlos Ari Sundfeld, 2019

Plano Mais Brasil. Paulo Guedes, Ministro da Economia do Governo Jair Bolsonaro

Transição de Governo 2018-2019, Informações Estratégicas - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

CONSULTAS PARA O ARTIGO

<http://www.diap.org.br/>

<http://www.intersindical.org.br/2019/12/10/video-da-plenaria-de-2019-da-intersindical/>

<https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-01-01/os-cumplices.html?ssm=whatsapp>

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/03/reforma-administrativa-bolsonaro-diz-que-ainda-precisa-dar-polimento-na-proposta.ghtml>

<https://movimentorevista.com.br/2019/12/documento-da-plataforma-mover-a-3a-plenaria-intercongressual-da-cnte/>

<https://psol50.org.br/resolucao-da-executiva-do-psol-contra-a-militarizacao-dos-servicos-publicos/>

<https://www.brasildefato.com.br/2019/10/23/reforma-sindical-o-que-pode-vir-por-ai/>

<https://www.conjur.com.br/2019-mar-26/opiniao-desvinculacao-orcamentaria-financiamento-saude>

<https://www.dieese.org.br/>

<https://www.poder360.com.br/economia/governo-tem-esperanca-de-ver-pec-dos-fundos-aprovada-ainda-em-2019/>

<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2019/11/05/pec-fundos-infraconstitucionais-com-justificacao-proposta-do-governo>

Como tarefas coletivas e imediatas para Trabalhadores e Estudantes das IFE, estão as deliberações aprovadas nas instâncias da ANDES, FASUBRA e UNE e a participação nas instâncias de debate e deliberação na UFRGS – ASSUFRGS, ANDES e DCE/UFRGS.

Todas e todos nos Atos e Movimentos propostos na defesa de Direitos e Democracia.

8/março – Dia Internacional de Luta das Mulheres

14/março – Justiça para Marielle Franco (2 anos do assassinato)

18/março é GREVE GERAL NOS SERVIÇOS PÚBLICOS

DITADURA NUNCA MAIS!!!